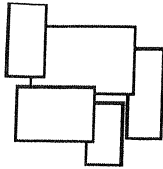


201827-201201



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo



CICDR/IVT

Ata de Reunião

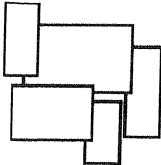
Pág. 1 / 4

Tema/Designação	3.ª ALTERAÇÃO AO PDM DE SALVATERRA DE MAGOS		
	Local	Rua Artilharia Um, 7.º	
	Data	27/01/2012	
	Hora	12:00	
Ordem de Trabalhos			

1. Ponto de situação do processo supra referenciado

Folhas	1 + +
Páginas	24 (1)

[Handwritten signature]



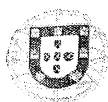
CCDR LVT

Ata de Reunião

Pág. 3 / 4

Assunto (OT)	Equacionamento – Síntese	Decisões Tomadas	Prazo de Execução	Responsável
		excepcionalidade, minimização da afetação dos valores ecológicos e prevenção de riscos.		
	A alteração do n.º 6 pretendia criar parâmetros médios, quando uma propriedade integrasse 2 classes, categorias e/ou zonas diversas.	Foi explicado que a proposta não era viável por razões de desconformidade legal, devendo ser encontradas soluções ao nível da redelimitação das categorias de espaço.		

Folhas 126
Proc.º 2401



30/20/20

À

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Braamcamp, Nº 7

1250-048 LISBOA

Sua referência
S14421-201112-00.05-
00350-PROT

Sua comunicação

Nossa referência
OF/39/2012/DSVAAS/DRAPLVT

Data
16-01-2012

ASSUNTO: 3ª Alteração ao PDM de Salvaterra de Magos - Conferência de Serviços

As alterações às disposições regulamentares do PDM de Salvaterra de Magos, constantes da proposta em epígrafe, incidem também sobre a admissibilidade de outras utilizações nos espaços agrícolas cujo uso geral e dominante é a produção agrícola e pecuária, como é definido no artigo 31º. Assim, cumpre-nos transmitir o seguinte:

Artigo 34º - Edificação no espaço agrícola

Nº 3 - De referir que a disposição sobre utilizações admitidas no espaço agrícola, para "estabelecimentos insalubres ou incómodo, "comércio grossista ou unidades comerciais," é muito permissiva e deve ser retirada a fim de se coadunar com as diretrizes do PROTOVT. No que se refere aos equipamentos municipais e de interesse público municipal, deve atender-se também àquelas diretrizes, ou em alternativa, salvaguardar a sua adequada localização na Planta de Ordenamento.

Nº 5 - Será de ponderar a permissão de ampliação em percentagem (20%) do existente e estabelecendo uma área máxima.

No artigo 60º-A, a estrutura de 4.2. sobre as disposições a aplicar à "Área agrícola não incluída na RAN" da área das Gatinheiras/Coitadinha, permutada com o município de Benavente, deve ser mais clara, dado que em 4.2.3.a) é feita regra para área agrícola da RAN.

Em 4.2.2.a) :

- A admissibilidade de utilizações no espaço agrícola, como os "estabelecimentos de restauração e bebidas", "comércio grossista ou grande superfície comercial" é muito permissiva e deve ser retirada a fim de se coadunar com as diretrizes do PROTOVT.
- No caso dos equipamentos coletivos devem apontar-se os condicionalismos recomendados naquelas diretrizes.
- Apesar de decorrente da regra que vigora no PDM de Benavente questionamos a aplicação da possibilidade construtiva em prédios com área de 0,5 ha.

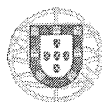
Para além da referência acima indicada, ao texto da alínea a) de 4.2.3. deve ser acrescentado o advérbio cumulativamente: "Quando localizada em área agrícola da RAN, observa-se, cumulativamente, o correspondente regime jurídico".

Com os melhores cumprimentos,

Director Regional,

Nuno Russo ~~JOSÉ ANTÓNIO COMES PEREIRA~~
Director de Serviços de Valorização
Ambiental e Apoio à Sustentabilidade

HC_11151



À

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Rua Braamcamp, Nº 7

1250-048 LISBOA

Sua referência
S14421-201112-00.05-
00350-PROT

Sua comunicação

Nossa referência
OF/39/2012/DSVAAS/DRAPLVT

Data
16-01-2012

ASSUNTO: 3ª Alteração ao PDM de Salvaterra de Magos - Conferência de Serviços

As alterações às disposições regulamentares do PDM de Salvaterra de Magos, constantes da proposta em epígrafe, incidem também sobre a admissibilidade de outras utilizações nos espaços agrícolas cujo uso geral e dominante é a produção agrícola e pecuária, como é definido no artigo 31º. Assim, cumpre-nos transmitir o seguinte:

Artigo 34º - Edificação no espaço agrícola

Nº 3 - De referir que a disposição sobre utilizações admitidas no espaço agrícola, para "estabelecimentos insalubres ou incómodo, "comércio grossista ou unidades comerciais," é muito permissiva e deve ser retirada a fim de se coadunar com as diretrizes do PROTOVT. No que se refere aos equipamentos municipais e de interesse público municipal, deve atender-se também àquelas diretrizes, ou em alternativa, salvaguardar a sua adequada localização na Planta de Ordenamento.

Nº 5 - Será de ponderar a permissão de ampliação em percentagem (20%) do existente e estabelecendo uma área máxima.

No artigo 60º-A, a estrutura de 4.2. sobre as disposições a aplicar à "Área agrícola não incluída na RAN" da área das Gatinheiras/Coitadinha, permutada com o município de Benavente, deve ser mais clara, dado que em 4.2.3.a) é feita regra para área agrícola da RAN.

Em 4.2.2.a) :

- A admissibilidade de utilizações no espaço agrícola, como os "estabelecimentos de restauração e bebidas", "comércio grossista ou grande superfície comercial" é muito permissiva e deve ser retirada a fim de se coadunar com as diretrizes do PROTOVT.
- No caso dos equipamentos coletivos devem apontar-se os condicionalismos recomendados naquelas diretrizes.
- Apesar de decorrente da regra que vigora no PDM de Benavente questionamos a aplicação da possibilidade construtiva em prédios com área de 0,5 ha.

Para além da referência acima indicada, ao texto da alínea a) de 4.2.3. deve ser acrescentado o advérbio cumulativamente: "Quando localizada em área agrícola da RAN, observa-se, cumulativamente, o correspondente regime jurídico".

Com os melhores cumprimentos,

Director Regional,

Nuno Russo ~~JOSE ANTONIO COMES PEREIRA~~
Director de Políticas de Valorização
Ambiental e Apoio à Sustentabilidade

HC_11151